



Subsecretaria de Apoio às comissões Mistas
Recebido em 30/05/2012 às 20:50
Daniel . Matr. 46921/SF

CONGRESSO NACIONAL

MPV 571

00145

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | |
|-------------------|---|
| Data 30/5/2012 | Medida Provisória nº 571, de 25 de maio de 2012 |
|-------------------|---|

| | |
|--------------------------------|-------------------------|
| Autor VALDIR COLATTO | Nº do Prontuário 560 |
|--------------------------------|-------------------------|

| | | | | |
|---------------|-----------------|-----------------|--|------------------------|
| 1. Supressiva | 2. Substitutiva | 3. Modificativa | 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva | 5. Substitutivo Global |
|---------------|-----------------|-----------------|--|------------------------|

| | | | | |
|--------|-------------|----------------------|--------|--------|
| Página | Artigo 4 | Parágrafo 7º e 8º | Inciso | Alínea |
|--------|-------------|----------------------|--------|--------|

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Insiram-se os parágrafos 7º e 8º ao artigo 4º da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, modificada pela MP 571, de 25 de maio de 2012:

§ 7º Em áreas urbanas, as faixas marginais de qualquer curso d'água natural que delimitem as áreas da faixa de passagem de inundação terão sua largura determinada pelos respectivos Planos Diretores e Leis de Uso do Solo, ouvidos os Conselhos Estaduais e Municipais de Meio Ambiente.

§ 8º No caso de áreas urbanas e regiões metropolitanas, observar-se-á o disposto nos respectivos Planos Diretores e Leis Municipais de Uso do Solo.

JUSTIFICATIVA

No federalismo brasileiro temos a União, Estados e Municípios, e a visão de Meio Ambiente urbano é diferente da visão de Meio Ambiente na área rural. Nesse sentido, a própria Constituição Federal em seu artigo 182, estabelece que quem determina o grau de ocupação, a maneira de expansão e as limitações administrativas em geral, são os planos diretores e não uma Lei federal. E isso já vem homenageado pelo Estatuto das Cidades o poder de planejamento espacial do Plano Diretor.

Nesse sentido, propõem-se os parágrafos 7º e 8º dando essa autonomia aos municípios.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 2012.


VALDIR COLATTO
Deputado Federal (PMDB/SC)

